

DIREITO DO AMBIENTE

Ano Letivo 2022/2023

Exame de 12/01/2022

Duração: 90 minutos

I.

(6 valores)

Além da explicitação dos conceitos elencados, identificando bases legais e dando exemplos de normas convencionais, constitucionais e legais relevantes, o aluno deveria evidenciar compreender a relação entre os direitos e instrumentos elencados no âmbito da proteção ambiental (por exemplo, complementaridade ou interdependência).

II.

(7 valores)

Pretendia-se uma problematização da conformidade do direito nacional ao direito da União Europeia na matéria elencada, tendo em conta:

- O princípio da prevenção;
- Antecedentes na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia;
- O princípio da segurança jurídica;
- O regime de avaliação de impacto ambiental, nomeadamente na relação entre os atos avaliativos e os atos autorizativos.

Deveriam ser elencados preceitos convencionais, constitucionais e legais em suporte das afirmações feitas.

III.

(7 valores)

No desenvolvimento do conteúdo de um dos temas elencados, identificando bases legais e dando exemplos de normas convencionais, constitucionais e legais, o aluno deveria abordar os seguintes tópicos:

Perguntas alternativas

1. O papel nas ONGs, das empresas transnacionais, das comunidades epistémicas e do indivíduo. A relevância jurídica da soft law e dos standards privados.
2. Previsão constitucional e convencional do direito fundamental e do direito humano ao ambiente. A natureza coletiva do bem jurídico ambiental e a alegada incompatibilidade com a atribuição de um direito. Deveres objetivos de proteção ambiental.